

Vigilância Sanitária: questão de cidadania

Um grande debate sobre a importância da vigilância sanitária para a construção da cidadania aconteceu, em Brasília, entre os dias 26 e 30 de novembro. A “Conferência Nacional de Vigilância Sanitária” reuniu 1.142 delegados de todo o País, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O foco do programa em debate foram

os caminhos que mostrassem aos brasileiros que a vigilância sanitária não é só a fiscalização sobre produtos oferecidos em farmácias, bares, restaurantes, supermercados.

Discussão em três eixos - Os debates da Conferência tiveram três grandes eixos:

1- *Vigilância Sanitária: prote-*

ção e promoção da saúde. Em discussão, a função da vigilância sanitária para a manutenção e aprimoramento da saúde da população;

2- *Construção do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.* Em debate, a descentralização das ações de vigilância sanitária e as atribuições das esferas municipal, estadual e federal, e

3- *Vigilância Sanitária, Saúde e Cidadania.* O objetivo foi encontrar uma forma de unir os agentes públicos e a população, para garantir a qualidade de produtos e serviços no mercado.

PRONUNCIAMENTO



Salim Tuma Haber

“Setor precisa ser discutido, a partir da atenção farmacêutica”

Salim Tuma Haber, diretor do CFF, apela às autoridades para que, ao discutir setor farmacêutico, priorizem a atenção farmacêutica

O setor de saúde, em geral, e as autoridades, em especial, precisam discutir o setor farmacêutico, sob o prisma da atenção farmacêutica. O apelo foi feito pelo então vice-presidente do Conselho Federal de Farmácia (ele foi reeleito diretor do CFF, para o cargo de tesoureiro), Salim Tuma Haber, durante a Conferência da Anvisa, mais precisamente em um debate que teve como tema *a farmácia como estabelecimento de saúde*. Tuma Haber criticou o fato de o setor ser abordado quase sempre do ponto de vista do medicamento em si, quando não à luz das questões mercadológicas. “Essa visão é errada e precisa ser invertida”, pediu.

“Os senhores já perceberam que quase não se discute, ou se discute muito pouco, na esfera do poder, sobre atenção farmacêutica?”, indagou o diretor do CFF. Para ele, a atenção deve transcender números, questões conceituais e políticas econômicas e se tornar uma prioridade na política de saúde”, observou. Tuma Haber conclamou os presentes (eram representantes de entidades farmacêuticas e do setor de saúde, em geral) a incluírem no centro dos debates a verdadeira vocação da farmácia, que é ser um posto de atenção primária à saúde, tendo à frente o farma-

cêutico.

O diretor do CFF salientou que o farmacêutico tem um papel importante, neste momento “ímpar” da saúde dos povos. Ao profissional, cabe liderar inúmeras ações de atenção primária à saúde da população, ajudando a reverter o grave quadro de doenças. “Uma fatia enorme dos problemas de saúde compõe-se de doenças e de necessidade de informações que os serviços de atenção primária solucionariam, perfeitamente. O farmacêutico pode, sem dificuldades, estar no centro dessas ações de atenção primária, pois é qualificado para isso”, acrescentou.

Lamentou que farmácias ainda funcionem irregularmente, sem a presença do farmacêutico. Ele aproveitou o momento para pedir à Vigilância Sanitária que intensifique a fiscalização às farmácias e drogarias, com vistas a punir veementemente aquelas que insistem em não manter o farmacêutico presente.

O diretor disse que tem acompanhado, de perto, as ações “maravilhosas” de farmacêuticos, nas farmácias e drogarias, pelo País afora. “Há casos fantásticos de farmacêuticos que criaram campanhas de controle e de prevenção de doenças crônicas e degenerativas ou então de racionalização do uso do medicamento, junto aos clientes dos seus estabelecimentos. Pouco tempo depois, bairros e até cidades inteiras es-

tavam sendo beneficiados por esses programas, a ponto de alterar o panorama da saúde do lugar”, informou. Ele destacou que essas ações ajudaram a desafogar os postos e hospitais públicos.

Segundo Tuma Haber, esses e outros serviços, como a medição da pressão arterial, o aconselhamento que, muitas vezes, vale como um verdadeiro remédio, a determinação de parâmetros biológicos, a assistência farmacêutica domiciliar e até serviços mais profundos, como o mapeamento epidemiológico do bairro ou da pequena cidade e a conseqüente padro-

nização de medicamentos para atender às doenças mais prevalentes, tudo isso, salientou o diretor do Conselho, traz resultados “inacreditáveis”.

Ele encerrou a sua participação na Conferência da Anvisa, reforçando que o medicamento e a atenção farmacêutica devem ser encarados como itens estratégicos da política de saúde. E que o CFF, “o órgão de expressão máxima da profissão farmacêutica”, está fazendo um esforço concentrado com vistas a traduzir a importância da profissão para a implantação da nova Farmácia de que o Brasil precisa.

FARMÁCIA INDUSTRIAL

Segmento vai ganhar regulamentação

A Comissão de Indústria do Conselho Federal de Farmácia já está elaborando a minuta da resolução que regulamentará a atividade farmacêutica industrial, a exemplo do que aconteceu, no ano passado, com a edição da Resolução 357, que dispõe sobre a atividade do farmacêutico, nas farmácias e drogarias. A informação foi prestada pela presidente da Comissão, Marília Coelho Cunha.

O segmento industrial é pouco coberto por resoluções do gênero. Existe apenas a de número 236/92. Segundo Marília Coelho, esta Resolução é insuficiente, “pois ela apenas diz que é atribuição do farmacêutico a responsabilidade técnica pela indústria”. A presidente da Comissão de Indústria acrescenta: “Isso é muito pouco. Queremos definir toda as atividades profissionais neste segmento, deixando bem claro quais são os nossos campos de atividade de privativa”.

A Resolução deverá reorganizar o segmento, inclusive, fazendo com que receba uma injeção de novos conhecimentos que poderão resultar numa melhor qualificação. Segundo previsão de Marília Coelho, a Resolução aproximará as universidades do mercado, fazendo com que aquelas saibam claramente sobre o diverso campo de atividade do farmacêutico industrial.

O resultado disso será a melhor preparação do futuro farmacêutico pela universidade, com vistas a desempenharem bem as suas funções, o que, hoje, de acordo com Marília, não está acontecendo, devidamente. “Como elas podem preparar bem o futuro farmacêutico industrial,



Marília Coelho Cunha



se ela não tem noção do que ele vai fazer lá dentro da indústria?”, pergunta. Lembrou que a maioria dos farmacêuticos recém-formados não sabe, por exemplo, operar um espectrofotômetro de massa ou um simples HPLC (Cromatógrafo Líquido de Alta Eficiência).

Outra vantagem propiciada pela edição da Resolução beneficiará a própria indústria, que passará a ter o claro conhecimento do que o farmacêutico poderá oferecer-lhe, em se tratando de serviços, vez que todas as atividades profissionais estarão regulamentadas.

II Encontro – A Comissão de Indústria vai realizar, em junho, em São Paulo, o “II Encontro Nacional dos Farmacêuticos da Indústria”. Terá por tema central exatamente a regulamentação do segmento. Os debates vão girar em torno do que a regulamentação deverá exigir do farmacêutico, que benefícios ele logrará com a medida, as desvantagens (se é que essas poderão existir), o que vai melhorar e piorar para a indústria e o que caberá às faculdades, nesse processo. O “I Encontro” foi realizado, também em São Paulo, em julho do ano passado, e discutiu a farmácia industrial, do ponto de vista da qualificação profissional.